



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TERRA RICA
VARA CÍVEL DE TERRA RICA - PROJUDI

Rua Marechal Deodoro, 1155 - Fórum - Centro - Terra Rica/PR - CEP: 87.890-000 - Fone: (44)9129-6460 - Celular: (44) 9129-6460 - E-mail: cartoriocivel_anexos@hotmail.com

Processo: 0003548-40.2016.8.16.0167

Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial

Assunto Principal: Cédula de Crédito Bancário

Exequente(s): BANCO BRADESCO S/A

Executado(s): MARCELO MALDONADO RODRIGUES

REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA - CONFECCÕES

TERMO DE PENHORA SOBRE IMÓVEL
Cumprimento n.:0003548-40.2016.8.16.0167.0016

No dia 24 de janeiro de 2024, nesta Secretaria da Vara Cível de Terra Rica, Estado do Paraná, em cumprimento ao determinado nos autos em epígrafe pelo Juiz de Direito Luiz Henrique Trompczynski, lavrei o presente **TERMO DE PENHORA [1]** sobre os direitos dos imóveis de matrícula nº 11.252 e 11.253, registrado ao Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Rica/PR, e de propriedade da **Promovida REGIANE APARECIDA DE OLIVEIRA**, endereço **Rua Bahia, 184 - PARQUE DOS PASSÁROS - TERRA RICA/PR - CEP: 87.890-000**, portadora do RG 92153797 SSP/PR e CPF 040.975.779-99, ficando esta como depositário do bem[2]. O valor da dívida é de R\$ 212.635,26 (duzentos e doze mil e seiscentos e trinta e cinco mil e vinte e seis centavos), atualizado até 12/12/2022.

Eu, Juliana Santos, Analista Judiciário, digitei e conferi.

Terra Rica, 24 de janeiro de 2024.

Juliana Santos
Analista Judiciário

Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 753/2011)

[1] Código de Processo Civil: "Art. 838. A penhora será realizada mediante auto ou termo, que conterá: I - a indicação do dia, do mês, do ano e do lugar em que foi feita; II - os nomes do exequente e do executado; III - a descrição dos bens penhorados, com as suas características; IV - a nomeação do depositário dos bens. [...] Art. 844. Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial. Art. 845. Efetuar-se-á a penhora onde se encontrem os bens, ainda que sob a posse, a detenção ou a guarda de terceiros. § 1º A penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, e a penhora de veículos automotores, quando apresentada certidão que ateste a sua existência, serão realizadas por termo nos autos. [...] Art. 849. Sempre que ocorrer a substituição dos bens inicialmente penhorados, será lavrado novo termo."

[2] Código de Processo Civil: "Art. 840. Serão preferencialmente depositados: [...] II - os móveis, os semoventes, os imóveis urbanos e os direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos, em poder do depositário judicial; III - os imóveis rurais, os direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, as máquinas, os utensílios e os instrumentos necessários ou úteis à atividade agrícola, mediante caução idônea, em poder do executado. § 1º No caso do inciso II do caput, se não houver depositário judicial, os bens ficarão em poder do exequente. § 2º Os bens poderão ser depositados em poder do executado nos casos de difícil remoção ou quando anuir o exequente."

